



Educomunicação: um conceito freiraneano¹

Jimi Aislan ESTRÁZULAS²

Nádia Caetano dos SANTOS³

Faculdade Martha Falcão, Manaus, AM

RESUMO

Inspirado nos escritos de Paulo Freire, o artigo parte da etimologia da palavra para um conceito de instrumento social das mídias. Dessa forma, propõe-se um conceito de educomunicação a partir do foco pedagógico, estrutural e cognitivo. Dialogar com as mídias, para um uso conscientemente democrático da informação, partindo da contextualização das informações em aspectos regionais e globais.

PALAVRAS-CHAVE

Educomunicação; Paulo Freire; Alienação; Letramento Midiático.

DESENVOLVIMENTO DO ARTIGO

Um dos problemas que se coloca frente à multiplicidade informacional existente e, em muito exponencializada pela digitalização dos meios de comunicação, é a passividade do receptor frente ao cabedal disponível de informação. E a cada segundo entram mais informações na rede mundial de computadores, a Internet.

As informações estão disponibilizadas, basicamente de duas formas: presencial e mediada. As informações presenciais⁴ vem munidas de comunicação verbal e não-verbal e, dentro de parâmetros aceitáveis socialmente, é possível presumir muito da intenção do interlocutor.

Quando a informação é mediada, seja através de um bilhete escrito, de técnicas de codificação para rádio, televisão ou internet, invariavelmente ela encontra um meio de comunicação. Um suporte que conduza a mensagem da intenção à recepção.

Essa diferenciação é apropriada do ponto de vista da autoridade, uma vez que é mais fácil visualizar a intenção de indivíduos do que a de empresas de comunicação. Gitlin

¹ Trabalho apresentado no DT 6 – Interfaces Comunicacionais do XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte realizado de 17 a 19 de maio de 2012.

² Mestre em Ciências da Comunicação, pela UFAM, Professor do Curso de Jornalismo da FMF, email: jimiaislan@hotmail.com.

³ Estudante de Graduação 6º. semestre do Curso de Jornalismo da FMF, email: ir.nadia_caetano@hotmail.com

⁴ Não se discute aqui a epistemologia da linguagem, porque em síntese seria possível encontrar uma gama de autores que defendem que a convenção de códigos linguísticos é uma forma de mediação do interno para o meio refratário. Buscou-se, aqui, diferenciar a comunicação que é feita sem intermédio dos meios de comunicação, tradicionais ou digitais, frente a comunicação interpessoal.



(2003, p13) fala que “A verdade óbvia, mas difícil de perceber é que, hoje, conviver com as mídias é uma das principais coisas que os americanos e tantos outros seres humanos fazem”.

A convivência com a entidade mídia aliena a percepção de que há interlocutores do outro lado da mediação. Algumas vezes, porque não se percebe nem se conhece a empresa. Mas em grande parte porque não fomos orientados, perceptivelmente, para isso. Uma orientação no sentido fisiológico-estrutural. Assim como diferenciamos sons e ruídos, imagens focalizadas e embaçadas, as mídias, plurais e sem qualquer sistema possível de organização, nos parecem totalmente desconexas da nossa realidade e classificamos como não-linear.

Essa classificação, análoga ao nosso sistema de estruturas de comunicação, é válida do ponto de vista biológico e social. Contudo, como as informações mediadas recebem tratamentos para essa codificação, os processos de seleção e inclusão apontam que há sim uma organização passível de ser apreendida, senão quantitativamente, em parte qualitativamente.

A prova contundente dessa organização possível é o sistema educacional. A escola busca uma forma de organizar o conhecimento e administrá-lo organizadamente como forma de inclusão social do indivíduo. Isso tendo como base teorias de aprendizagem sobre cada fase de desenvolvimento do indivíduo.

Como afirma Jacquinot (1998, p.01), “A escola tem sido sempre uma instituição ao mesmo tempo educativa, social e política. Essa tríplice dimensão subsiste, mas cada uma delas já sofreu visível modificação”. Essa tríplice dimensão tem um fator e um ator em comum.

Como fator, o meio ambiente influencia as atividades que são realizadas. Esse ambiente, depois da formação dos Estados Nacionais, Habermas (2005) chamou de Esfera pública. Tudo o que acontece na esfera pública é de interesse de todos os homens que assinaram o contrato social.

O indivíduo assume o curso da história quando compreende seu papel como ator social. É da ação livre e consciente desse indivíduo que a sociedade democrática se abastece, os conceitos educacionais são transmitidos e a governabilidade do Estado se mantém.

Pensar em esfera pública é pensar no ambiente de atuação dos meios de comunicação, em especial o campo do jornalismo, pautado pela preocupação com os direitos coletivos e observação dos fenômenos sociais como fonte de informações a todos.



Ao juntar as duas áreas, educação e comunicação, para uma proposta educacional, tem-se em vista que a educação dos meios possa orientar o indivíduo para uma ação mais livre e consciente. Não está se falando aqui em utilizar os meios de comunicação para ações educativas. Isso é apenas adjetivar a educação, dar a ela uma roupagem midiática, sem, contudo explicar o que é essa vestimenta nova.

Prefere-se a perspectiva de Paulo Freire (2003, p.38), para “uma educação que possibilite ao homem discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que coloque em diálogo constante com o outro”. Os meios de comunicação permitem diálogos abertos com o outro ou com os outros, dependendo o tipo de mídia que se é utilizado. A questão que se coloca é: o homem sabe dialogar com as mídias?

Segundo Meyrowitz (2001) não. Falta ao indivíduo subsídios midiáticos para a compreensão do que os meios estão transmitindo. O que o autor chamou de Alfabetização midiática e dividiu em três possibilidades: alfabetização de conteúdo, de gramática das mídias, e de ambientes comunicacionais dos meios.

Não se fala em ensinar a produzir informações mediadas, mas, como afirma o autor (2001, p.88), “diferentes formas de pensar sobre os meios nos levam a diferentes concepções de competências, ou alfabetizações, do que pode ser desejável para o educado e consciente cidadão”.

Assim a idéia de cidadania e espaço público estão associadas através das informações disponíveis pelos meios de comunicação. A leitura desses meios, num sentido crítico, traz à tona as palavras de Paulo Freire (1985, p.95) em que “quanto mais crítico um grupo humano, tanto mais democrático e permeável, em regra. Tanto mais democrático, quanto mais ligado às condições de sua circunstância”.

O autor ainda fornece a chave para se conseguir essa consciência democrática e diz

O outro passo, o decisivo, da consciência predominantemente transitivo-ingênua para a predominantemente transitivo-crítica, ele não dará automaticamente, mas se inserindo num trabalho educativo com essa destinação. Trabalho educativo que não se ponha despercebida e despercebidamente diante do perigo da massificação, em íntima relação com a industrialização, que nos é um imperativo existencial. (FREIRE, 2003, p. 37)

Assim, falar em cidadania compulsoriamente é discutir bases educacionais para tal. Dentro da estrutura estatal, é a escola que tem o papel de apontar o caminho para a democracia e participação social. Como afirma Soares,



a escola delimita os conteúdos culturais a serem transmitidos, realizando recortes que selecionam determinados componentes culturais, excluindo, correlativamente, outros; a escola fixa a duração do tempo em que deve ocorrer a apropriação de cada um desses conteúdos selecionados; a escola avalia o nível de realização dessa apropriação em momentos preestabelecidos, intraescolares e extraescolares. (SOARES, 2010a, p. 90)

Assim, essa instituição seria o instrumento de *modus vivendi* necessário à integração social, possibilitando ao indivíduo, através das construções possíveis, que ele seja um agente criador de realidade e transformador social.

Mas não basta pensar em transmitir educação, tem que se pensar em quem educar. Freire já aponta isso quando diz que

todo planejamento educacional, para qualquer sociedade, tem que responder às marcas e aos valores dessa sociedade. Só assim é que se pode funcionar o processo educativo, ora como força estabilizadora, ora como fator de mudança. (FREIRE, 2003, p.10)

Nesse contexto, o processo de ensino sobre as mídias passa à margem dos bancos escolares e, por isso, encontra um indivíduo dentro da sociedade e pronto para consumir informações. E se, na grande maioria das vezes, esse indivíduo não sabe identificar sequer a diferença entre informação e entretenimento, como ele poderá questionar a veracidade daquela informação?

Segundo Luhmann, os meios de comunicação

devem ser compreendidos, de agora em diante, todas as instituições da sociedade que se servem de meios técnicos de reprodução para a difusão da comunicação. Consideram-se aqui, principalmente, livros, revistas, jornais produzidos de forma impressa, mas também processos de reprodução fotográfica ou eletrônica de qualquer tipo, na medida em que fabriquem produtos em grande quantidade a um público indeterminado. Também a difusão de comunicação pelo rádio faz parte desse conceito. (LUHMANN, 2005, p. 16)

Assim, esses meios estão acomodados entre os indivíduos de uma sociedade com o propósito de mediar informações relevantes à esfera pública, bem como promover valores sociais que geralmente vem em forma de entretenimento. Eles utilizam temas como forma de debate. Segundo Luhmann,



Os temas servem por isso ao acoplamento estrutural dos meios de comunicação com outras áreas da sociedade, e, agindo assim, eles são tão elásticos e tão diversificáveis que os meios de comunicação, fazendo uso de seus temas, podem atingir cada parte da sociedade... [...] O sucesso dos meios de comunicação em toda sociedade deve-se à imposição dos temas, independentemente se as posições tomadas são positivas ou negativas em relação às informações, às proposições de sentido, às nítidas valorizações. (LUHMANN, 2005, p. 31)

Os temas nada mais são que assuntos que traduzem o perfil da sociedade, uma repetição da cultura ou reinvenção dela. As novelas, filmes, noticiários, *reality shows*, nada mais são que a sociedade transfigurada pelos meios de comunicação. Sejam na forma de imaginário, expectativas, sonhos ou tragédias, os meios seguem os temas que a sociedade necessita.

Luhmann (2005) ainda divide as informações provenientes dos meios em três: notícias e reportagens, publicidade e entretenimento. São iguais em termos de informação/não informação, mas diferente quanto à forma que escolhem para utilização desse sistema.

Como o receptor dos meios é o homem, o simples fato de consumir, sem questionamento é uma ação, e o princípio de funcionamento do sistema social é essa ação.

Segundo Luhmann (2009, p.42), “a descoberta essencial foi a de que a construção de estruturas sociais se realiza sob a forma de sistema, e a operação basal sobre a qual esse sistema se constrói é a ação”. Assim, na base da análise está a preocupação da ação individual.

Essa ação é imprescindível para a sociedade, mas como falar em primazia do ato se a sociedade já possui arestas e bordas sociais que limitam e totem o indivíduo? É preciso entender que há essas limitações e direcionamento de ações.

Como Luhmann (2009, p.43) diz, “a sociedade, antes que os indivíduos se disponham a agir, já está integrada pela moral, pelos valores e pelos símbolos normativos. Portanto, a sociedade não é possível, sem estar previamente integrada sob a forma de sistema”.

Dois fatores integram a percepção social dentro da teoria dos sistemas: a ação com base no indivíduo e a historicidade social. Esses fatores vão se entrelaçar para influenciar no processo de formação desse sistema.



Quanto à ação, Luhmann (2009) vai buscar em Parsons (1971) os componentes para arquitetar o funcionamento da ação social, sendo que o modelo explicativo é feito por quatro constituintes: dois verticais e dois horizontais.

Os componentes horizontais são o Instrumental e o Consumatório. O primeiro é o meio necessário para consumir uma ação. O segundo é a satisfação por ter praticado a ação, o resultado evolutivo do ato.

Nos componentes verticais, estão o Interno e o Externo. Quando a ação ocorre dentro das próprias estruturas, diz-se que o componente é interno ao sistema; quando é realizado para fora se chama Externo. A variação de combinações entre esses quatro elementos trazem explicações às ações sociais.

Combinando os elementos, verifica-se que o instrumental orientado para o meio externo é uma prática de adaptação, que se referem à conduta orgânica para alcançar um estado onde as necessidades estejam satisfeitas. Numa visão mais ampla de sistema, essa conduta nos remete à economia que tem essa função adaptativa.

Quando trabalhado internamente tem a função de manutenção das estruturas latentes e pode ser visualizado através da cultura. Segundo Luhmann (2009, p.46) “Parsons descobre que a combinação instrumental/interno tem a função de estabilizar permanentemente as estruturas, e assim garantir sua disponibilidade, mesmo no caso de não serem utilizadas”.

Mais tarde, essa relação foi nomeada como Instituições Culturais, pois é delas que descendem as possibilidades de uso para a ação ocorrer. As relações consumatórias, quando trabalhado com o externo, moldam-se para a obtenção de fins, devendo de fato satisfazer as necessidades.

Para Luhmann (2009), Parsons identifica a partir daí os Sistemas Psíquicos, pois a personalidade se reveste da vontade de buscar os fins. Quando associado ao interno, faz parte da integração e remonta ao sistema social como um todo.

Desta forma, Luhmann (2009, p.50) destaca que “é este (sistema social) que assegura ou garante os processos de integração, compreendido como o alcance de uma ordem interna dirigida à satisfação (consumatórias) das necessidades no presente”.

Com um conceito que descende da termodinâmica, Parsons (1971) vai fazer seu modelo girar balizado pelo menor gasto de energia.

Luhmann explica que:



Em termos teóricos, significa que a cultura conduz o sistema de forma cibernética, com um mínimo de energia para influir nas pessoas e organismos, mediante a informação, transformando, assim, o máximo de energia que corre de baixo para cima. (LUHMANN, 2009, p.55).

A direção dada pelo autor indica que o menor esforço é realizado com ações balizadas das relações internas para as externas, de forma que a cultura força a adaptação, assim como o sistema social direciona a personalidade.

A ponte entre cultura e indivíduo já foi construída ao dizer que a escola recria o processo de culturalização, municiando o indivíduo de estruturas para convivência. Contudo, a marca escolar pode ser traduzida pela capacidade inata ao ser humano: a aprendizagem.

Dentro das várias teorias de aprendizagem, desde o construtivismo histórico de Vygotsky à epistemologia genética de Piaget, uma marca se fundamenta quando falamos nesse processo: mudança de comportamento.

O que se busca com a escolarização dos meios de comunicação é uma mudança de atitude diante dos meios. Com base na classificação de Bloom (1976), para os objetivos educacionais, seria sair do simples conhecimento para uma avaliação.

Segundo Bloom (1976), a classificação dos objetivos facilita a comunicação entre profissionais da educação, planejamento escolar e a comparação de seus resultados. Dentro dessa ideia, ele trabalhou o indivíduo através de três domínios. O primeiro deles é o Cognitivo, ligado ao conhecimento e suas relações. O segundo é o Afetivo, ligado à valoração e apreço pelo conhecimento. O terceiro é o Psicomotor, ligado às habilidades corporais do indivíduo.

Dentro dessa classificação, Bloom (1976) afirma que o domínio cognitivo é o mais trabalhado dentro da realidade escolar que faz o indivíduo chegar do simples conhecimento, passando pela compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação. Seria, assim, o simples conhecer algo o lado mais efêmero do conhecimento, ligando uma informação com a capacidade de lembrá-la, enquanto a avaliação utiliza bases estruturais mais complexas levando o indivíduo a perceber uma informação, lembrar, compreender, aplicar sobre um fato, separar esse fato em menores partes compreensíveis a ele, sintetizar de volta à realidade e avaliar essa informação conforme suas bases cognitivas.



Dessa forma, não há como exigir de um indivíduo a avaliação de um meio de comunicação se ele nem sequer compreende o meio. Um dos efeitos dessa exigência pode ser conhecido pelo que Jung chamou de regressão, assim

Cada vez que o homem se encontra diante de um obstáculo aparentemente intransponível ele recua; faz uma regressão, para usar a expressão técnica. Recua ao tempo em que se encontrava numa situação parecida e tentará empregar novamente os meios que outrora lhe haviam servido. (JUNG, 1993, p.68-69)

Isso acontece de forma tão sutil no dia a dia que Jung (1993) chamou de inconsciente coletivo. Dentro dos meios de comunicação, McLuhan apontou esse efeito, dizendo que

É típico de nossa orientação retrovisora que olhemos para todas essas novas tecnologias como se fossem reflexos da velha tecnologia. [...] os primeiros automóveis foram feitos com porta-chicotes. E os novos instrumentos computadorizados de automação estão sendo feitos como se fossem fichários de catálogo. Pode ser que sejamos a primeira geração humana a sentir a necessidade de examinar detidamente o que ocorre debaixo do nosso nariz em vez de ficar olhando para o espelho retrovisor. (MCLUHAN, 2005, p.124)

Assim, percebemos muitas vezes as pessoas utilizando a televisão como rádio, deixando-a ligada e realizando outras tantas coisas. O próprio computador é utilizado ainda como televisão, um pouco de entretenimento com um pouco de informação.

Nessa postura, os indivíduos acabam assumindo uma posição passiva, de não estarem sabendo classificar a quantidade de informação que recebem, muito menos separá-las para consumi-las. Afirmar, como Gitlin (2003), que o excesso de informações é que torna o indivíduo alienado é o mesmo que dizer que uma pessoa não pode entrar em um hipermercado para comprar, pois ela sairá desse espaço totalmente desorientada e sem o produto.

Com efeito, até mesmo pelos aspectos psicológicos apontados acima, em um ambiente com muita informação, os indivíduos tendem a se fecharem em estruturas cognitivas até que se consiga estabelecer uma base de correlação e entendimento dessa diversidade informacional. No exemplo do hipermercado, as bases de classificação nos foram dadas



ao longo do processo escolar. Assim, sabe-se que há alimentos, bebidas, produtos de higiene, produtos de limpeza, etc.

Com as mídias isso não ocorre. Não há nenhum sistema de classificação no campo cognitivo. Assim, o fechamento estrutural em busca de uma resposta interna vai encontrar uma forma de escolha baseada na satisfação pessoal. Nas palavras de Estrázulas

Ao utilizar o filtro “entretenimento”, o hedonismo contribui para a escolha da superficialidade, pois pensar é penoso. Assim como é penoso estabelecer conexões entre notícias cotidianas e a perenidade da vida; como também o é, estabelecer uma relação pessoal. (ESTRÁZULAS, 2010, p.97)

Dessa forma, entende-se Educomunicação como as bases educacionais para que o indivíduo use uma leitura crítica dos meios de comunicação como base das ações sociais. Visa à modificação de comportamento, da passividade diante das informações à escolha consciente do consumo de mídias, num processo pedagógico contínuo, planejado conforme as especificidades de cada informação e de cada meio.

Assim, não basta que apliquemos a teoria de Paulo Freire sobre aprender fazendo. O conceito libertário, seguindo as teorias educacionais desse teórico, exige que o conhecimento esteja sedimentado na prática do dia a dia. Como fala o autor (1985, p.92), “na verdade, se há saber que só se incorpora ao homem experimentalmente, existencialmente, este é o saber democrático”.

Se os meios de comunicação são expressões da realidade, interagindo e se autoafirmando na esfera pública, não se pode imaginar saber democrático sem um letramento midiático.

Letramento, no sentido que Soares (2010b, p.44) fala, “é o estado ou condição de quem se envolve nas numerosas e variadas práticas sociais de leitura e de escrita”. No caso de um processo midiático, envolveria uma alfabetização, nos moldes propostos por Meyrowitz (2001), e uma contextualização de seus usos. Essa contextualização seria um dos pilares básicos de ligação entre esses dois campos: a comunicação e a educação.

Deste modo, falar em processo pedagógicos sobre os meios de comunicação envolvem planejamento continuado, inserção nas bases curriculares e contextualização regional. Sem essa tríade educacional, as bases da educomunicação ficam voláteis, beirando ao que Paulo freire chamou de assistencialismo.



Referências bibliográficas

- BARBOSA, Walmir Albuquerque et al. (Org.). *Políticas Públicas e Educação*. Manaus: Valer, 2008.
- BLOOM, Benjamin S. et al. *Taxionomia de objetivos educacionais: Vol.1 Domínio Cognitivo*. 5. ed. Porto Alegre: Globo, 1976.
- BLOOM, Benjamin S.; KRATHWOHL, David R.; MASIA, Bertram B.. *Taxionomia de objetivos educacionais: Vol.2 Domínio Afetivo*. Porto Alegre: Globo, 1974.
- ESTRÁZULAS, Jimi Aislan. *Meio digital e o Mundo Mosaico: a lógica não-linear da informação*. Manaus: Valer, 2010.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. *Educação e atualidade brasileira*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.
- GARANDERIE, A. De La. *Pedagogia dos Processos de Aprendizagem*. 2. ed. Tradução de Paulo Francisco Teixeira Melo. Portugal: ASA, [1991?]
- GITLIN, Todd. *Mídias sem Limite. Como a torrente de imagens e sons domina nossas vidas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- HABERMAS, Jürgen. *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. 2. ed. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2003.
- _____. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.
- JACQUINOT, Geneviève. *O que é um educador? O papel da comunicação na formação dos professores*. I Congresso Internacional de Comunicação e educação. Disponível em: <www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/11.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2010.
- JUNG, Carl Gustav. *Psicologia do Inconsciente*. 8 ed. Vozes: Petrópolis. 1993.
- LEITE, Sérgio Antônio da Silva et al. (Org.). *Alfabetização e Letramento: Contribuições para as práticas pedagógicas*. 4. ed. Campinas: Komedi, 2008.
- LUHMANN, Niklas. *A realidade dos meios de comunicação*. São Paulo: Paulus, 2005.
- LUHMANN, Niklas. *Introdução à Teoria dos Sistemas*. Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MCLUHAN, Marshall. Org. Stephanie McLuhan e David Staines. *McLuhan por McLuhan: conferências e entrevistas*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro. 2005.
- MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. 14 ed. São Paulo: Cultrix. 2005.
- MEYROWITZ, Joshua. *As múltiplas alfabetizações midiáticas*. Revista FAMECOS, Porto Alegre, nº. 15. 2001. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/famecos/pos/revfamecos/15/a09v1n-15.pdf>> Acessado em: 27 abr. 2007.
- PARSONS, T. *O sistema das sociedades modernas*. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1971.
- SCHAUN, Angela. *Educomunicação: reflexões e princípios*. 1.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- SOARES, Ismar de Oliveira. *Alfabetização e Educomunicação*. Disponível em: <www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/89.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2011.



SOARES, Magda. *Alfabetização e letramento*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2010a.

_____. *Letramento: um tema em três gêneros*. 4.ed. Belo Horizonte: Autentica, 2010b.